

PARTICIPAÇÃO: A NOVA TÔNICA DA POLÍTICA CIENTÍFICA NACIONAL

***Carlos Alberto
Barbosa Dantas***

1. Antecedentes

A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia e sua significação para a ciência e a pesquisa do País, só poderão ser devidamente avaliadas se compararmos a atual política de desenvolvimento científico e tecnológico com a dos governos anteriores.

O apoio institucional à pesquisa científica no Brasil é recente. Inicia-se com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) através da Lei 1.310, de 15 de janeiro de 1951, com a finalidade de "promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica em qualquer domínio do conhecimento"

Nessa lei foram fixadas as competências do CNPq, entre as quais destacava-se a de promover investigações científicas e tecnológicas, *"por iniciativa própria ou em colaboração com instituições do País ou do Exterior"*.

Foram igualmente estabelecidas outras competências relativas ao estímulo à pesquisa científica ou tecnológica, ao auxílio à formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, à cooperação com Universidades e Institutos de ensino superior, bem como com instituições que realizam pesquisa e intercâmbio com instituições estrangeiras. Além disso, o CNPq deveria ainda — quando solicitado — assessorar e prestar esclarecimentos aos órgãos oficiais em matérias pertinentes à ciência e tecnologia.

A lei fixa proibições à exportação de urânio e tório, bem como o controle do Estado sobre todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica. Este controle é exercido através do CNPq ou, quando necessário, pelo Estado-maior das Forças Armadas ou outro órgão, designado pelo Presidente da República.

O órgão soberano para orientar as atividades do CNPq era o Conselho Deliberativo. Dele faziam parte um presidente e um vice-presidente, escolhidos livremente pelo Presidente da República, 5 membros indicados pelo governo (represen-

tando os Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, das Relações Exteriores, do Trabalho, Indústria e Comércio e o Estado-maior das Forças Armadas) e 9 a 18 representantes da sociedade civil (um da Academia Brasileira de Ciência, um do órgão representativo das Indústrias, um da Administração Pública e os demais escolhidos entre os homens de ciência).

Alterações fundamentais da estrutura do CNPq só vieram a se processar com a Lei 6.129, de 6 de novembro de 1974.

Consoante as transformações políticas que se davam no País no período áureo do "milagre econômico" o aparente fortalecimento do CNPq, mediante sua denominação de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico processava-se na razão inversa da importância a ele atribuída.

De acordo com essa lei, a finalidade do CNPq passava a ser de auxiliar o Ministro do Planejamento na análise de planos e programas setoriais de ciências e tecnologia e na formulação e atualização da política de desenvolvimento científico e tecnológico estabelecida pelo Governo Federal.

Através do Decreto 45.225, de 15 de janeiro de 1975, é criado o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e através do Decreto 15.241, de 16 de janeiro de 1975, são aprovados os estatutos do CNPq.

Nestes estatutos, em concordância com o regime político vigente no País, o CNPq ficava totalmente subordinado ao Ministro do Planejamento, concentrando-se todo o poder dentro do órgão nas mãos de seu presidente. O Conselho Deliberativo da estrutura anterior é substituído pelo Conselho Científico e Tecnológico, órgão aparentemente de maior representatividade, mas com funções estritamente consultivas e de assessoramento.

2. O Ministério de Ciência e Tecnologia e a criação da Comissão das Sociedades Científicas

A eleição de Tancredo Neves e o fim do Regime Militar tornaram possível a criação do Ministério de Ciência e Tecno-

logia. A decisão suscitou desconfianças, ou pelo menos uma recepção cautelosa por parte da comunidade científica, semelhante àquela que caracterizou a reação dos artistas e homens da cultura com a criação do Ministério da Cultura.

As reservas da comunidade dos pesquisadores científicos deviam-se em grande parte ao temor de que os recursos fossem consumidos na máquina administrativa. A indicação do Ministro Renato Archer, contudo, trouxe alento àqueles que já conheciam sua atuação nos tempos da Frente Parlamentar Nacionalista. Lá, seu trabalho havia-se destacado ao participar de projetos e iniciativas em defesa da soberania nacional e de recursos naturais, como as areias monazíticas, o petróleo e a energia nuclear.

Já na primeira reunião do Ministro Archer com os representantes das Sociedades Científicas, realizada na FAPESP em março de 1985, poucos dias depois de sua posse começaram a ser dissipadas as reservas em relação à criação do Ministério. Após as exposições do Ministro e de alguns representantes das Sociedades Científicas, estabeleceu-se um diálogo franco, no qual Archer demonstrou possuir propostas para a nova Pasta, cuja implementação previa a cooperação ativa com a comunidade brasileira dos pesquisadores.

Atendendo a uma antiga reivindicação de participação dessa Comunidade, o Ministro solicitou à SBPC que coordenasse o processo de formação de uma Comissão das Sociedades Científicas para acompanhar a implantação do novo Ministério. Após uma série de consultas a essas Sociedades, foi constituída em 25 de abril esta Comissão, possuindo, como incumbências:

- acompanhar os trabalhos da estruturação administrativa e funcional do Ministério de Ciência e Tecnologia, fazendo propostas concretas que possam garantir a participação efetiva de representantes da comunidade científica em Comissões pertinentes do MCT;
- promover, através da SBPC, discussões sobre os problemas que afetam nosso desenvolvimento científico e

tecnológico, recebendo colaboração das sociedades científicas, secretarias regionais da SBPC e pesquisadores individualmente;

- elaborar um documento para discussão geral durante a 37.ª Reunião Anual da SBPC, em julho de 1986, em Belo Horizonte;
- com base nas deliberações tomadas durante a Reunião Anual, elaborar um documento definitivo, a ser entregue ao Ministro de Ciência e Tecnologia, contendo propostas de soluções para os problemas discutidos;
- exercer outras atividades no âmbito de sua competência.

Durante os meses de abril, maio e junho a Comissão trabalhou intensivamente na elaboração da primeira versão do documento posteriormente denominado "Ciência e Tecnologia na Nova República: Análise e Perspectivas". O texto apresentado à 37.ª Reunião Anual da SBPC em julho de 1985, em Belo Horizonte, recebeu uma série de sugestões e propostas, cuja incorporação redundou na versão definitiva aprovada em reunião das Sociedades Científicas, realizada em outubro de 1985 na FAPESP

Na sua introdução, o documento afirma que "cabrá ao novo Ministério de Ciência e Tecnologia a tarefa de fortalecer a pesquisa científica em geral e implantar uma estrutura de apoio à pesquisa para o desenvolvimento, que inclua mecanismos para promover o intercâmbio com os centros de pesquisa nas Universidades e Institutos. Como parte dessa tarefa, é essencial preservar o patrimônio científico nacional e assegurar a sua evolução, como garantia de que o desenvolvimento da pesquisa tecnológica conte com o apoio da capacidade criativa e inovadora da pesquisa básica"

Reafirma que a participação do Poder Legislativo é um pressuposto básico de uma política nacional de ciência e tecnologia e deve ocorrer desde a sua concepção até seu acompanhamento e reformulação. Só assim ela poderá refletir as

legítimas aspirações do povo e ser rigorosamente seguida pelos seus representantes eleitos.

O documento é apresentado em 10 seções e aborda os seguintes tópicos:

- a. estrutura de apoio ao desenvolvimento científico;
- b. gastos em ciências e tecnologia;
- c. situação das Universidades e Institutos de Pesquisa;
- d. desenvolvimento científico regional;
- e. pós-graduação;
- f. participação da comunidade científica nas decisões de ciência e tecnologia;
- g. intercâmbio dentro do país e com o exterior;
- h. alguns problemas específicos;
- i. conclusões e recomendações.

Foram as seguintes as principais conclusões do Documento:

- Para que a contribuição da ciência e da tecnologia tenham sucesso quando aplicadas ao desenvolvimento econômico e social, é necessário investir a longo prazo e continuamente em pesquisa científica e tecnológica. Além do mais, faz-se mister criar Institutos que viabilizem a transferência de conhecimentos, incorporação de resultados e desenvolvimento de produtos. No que diz respeito à integração desses procedimentos, pretende o MCT reorganizar o SNDCT e seus mecanismos de coordenação e decisão, criar ligação com empresas estatais e buscar soluções para as Universidades e Institutos.
- Há algumas providências imediatas que deverão ser tomadas em relação aos problemas mais urgentes da pesquisa: reformulação da carreira do magistério superior; organização e implantação da carreira do pessoal de apoio; exclusão — no que se refere às instituições públicas de ensino e pesquisa — da proibição de contratação e nomeação de docentes, pesquisadores e pessoal de apoio; criação de incentivos para contrata-

ção de pós-graduados por empresas; asseguramento de auxílios plurianuais às instituições e grupos de pesquisa mais produtivos.

- Em relação ao financiamento das pesquisas, solicita-se um crescimento anual das verbas até atingir os 7,4% do orçamento da União em 1990.
- Além disso, propõe-se descentralizar o financiamento da pesquisa e do treinamento (criando-se entidades estaduais semelhantes à FAPESP), excluir os centros de pesquisa e treinamento das restrições à importação de equipamentos e insumos, rever o PADCT, preservar a estabilidade e continuidade de instituições, núcleos de pesquisa e programas.

No mês de maio, o coordenador visitou o MCT, o CNPq, a CAPES e o Senado Federal para dar conhecimento da composição e dos objetivos da Comissão das Sociedades Científicas.

Visita ao Ministro e ao Presidente Sarney

Em junho, a Comissão reuniu-se com o Ministro Renato Archer, que manifestou sua concordância com as posições por esta manifestadas e informou que seu Ministério havia solicitado suplementação de verba para financiar os projetos de pesquisa (CNPq e FINEP) e para o pagamento regular de bolsas (CNPq). Na reunião ficou decidida, também, a marcação de uma audiência com o Presidente da República.

Nesta audiência, ocorrida em junho, o coordenador da Comissão das Sociedades Científicas discursou relatando as dificuldades por que passa a pesquisa no País, reforçando "a necessidade de medidas de curto prazo que a protejam da decadência" e propondo "um esforço que possa não apenas redimi-la dos agravos que sofreu nos últimos anos, mas promovê-la aos níveis de desenvolvimento que lhe permitam cumprir seus deveres para com a Nação"

O pronunciamento aponta que a atividade científica, se apoiada com verbas públicas, deve refletir o desempenho

desses serviços públicos e avaliar se está havendo elevação dos padrões da sociedade e apoio na solução de seus problemas.

Se competência e conhecimento não estão fluindo para o setor produtivo, isto se deve a barreiras institucionais, conjunturais ou políticas, fora do controle das instituições científicas. Deve-se preservar e fortalecer o patrimônio constituído pelas Universidades e Institutos, que não sofrem as incertezas com que a industrialização se depara, e podem rapidamente suprir as demandas de desenvolvimento com recursos humanos e conhecimentos.

Após mencionar o inadequado tratamento dado a essa instituição em governos anteriores, cujo resultado foi a queda de padrões de ensino e pesquisa, destacam-se os principais problemas responsáveis pela crise do ensino superior e da pesquisa científica: falta de recursos para bibliotecas, publicações, aquisição e manutenção de equipamentos, biotérios, estações experimentais e serviço de computação. Há deterioração dos serviços de apoio, redução de recursos para pesquisa, com interrupção ou paralisação de projetos, desorganização de equipes de trabalho, com grande prejuízo do ensino de graduação e pós-graduação, irregularidade no pagamento de bolsas, redução de seus índices a valores incompatíveis com a dedicação exclusiva, perda do valor real do salário de pesquisadores e do pessoal técnico de apoio.

Por fim, os cientistas solicitam ao Presidente da República que se dê prioridade à pesquisa científica e tecnológica, pois ela o merece dentro deste contexto de desenvolvimento com autonomia e justiça social.

O Presidente Sarney, depois de ouvir as colocações da Comissão, pronunciou-se destacando a importância da ciência e da tecnologia no desenvolvimento e assinou uma exposição de motivos em que o Ministro da Ciência e Tecnologia justifica um pedido de suplementação de 900 bilhões de cruzeiros.

3. O Debate Nacional

No dia 12 de dezembro de 1985, encerrou-se em Brasília o Debate Nacional de Ciência e Tecnologia, promovido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia com a colaboração da comunidade científica nacional.

Derivado de uma proposta das Sociedades Científicas na FAPESP em abril de 1985, o debate discutiu 6 temas básicos:

Ciência e Tecnologia e o Futuro da Sociedade Brasileira, Ciência e Tecnologia, Necessidades Sociais e Desenvolvimento Econômico; Ciência e Tecnologia e o Desenvolvimento Regional; Requisitos Humanos e Materiais para o Desenvolvimento Científico; Pesquisa, Tecnologia-Setor Público e Empresa Nacional; Organização Institucional da Ciência e Tecnologia no Brasil e a Participação da Sociedade.

As discussões desenvolveram-se em dois turnos, um de natureza regional (25 e 26.11.85) e outro, central, em Brasília (11 e 12.12.85).

Consenso geral entre os participantes foi o exíguo tempo para a preparação e discussão dos temas tão relevantes, o que prejudicou a maior participação da sociedade civil no evento. Mesmo assim, concordaram os participantes que ciência e tecnologia devem ser orientados no sentido de acelerar a solução dos grandes problemas sociais nacionais ligados à pobreza como desemprego, a doença, a subnutrição, o analfabetismo, a moradia e a pouca participação política.

Em seu conjunto, o Debate Nacional destacou principalmente a necessidade de orientar a pesquisa científica e tecnológica para a solução de problemas sociais e diferenças regionais, o desenvolvimento de uma indústria competitiva nos mercados nacionais e internacionais. Também a ciência básica foi destacada pela sua capacidade de gerar conhecimentos e recursos humanos para o desenvolvimento econômico e social.

4. Novo Estatuto do CNPq

O Professor Alberto Carvalho da Silva, coordenador da comissão das Sociedades Científicas, que havia presidido o Debate Nacional de Ciência e Tecnologia, participou ainda da Comissão do Ministério da Ciência e Tecnologia encarregada de elaborar o plano de recuperação da capacidade de pesquisa das instituições científicas, conforme proposta aprovada no Debate Nacional.

A Comissão das Sociedades Científicas participou, também, da discussão e elaboração dos novos estatutos do CNPq que passaram a vigorar através do Decreto 92.641, de 12 de maio de 1986, do Presidente da República.

De acordo com esse estatuto, o órgão que traça a política científica e tecnológica no CNPq volta a ser um Conselho Deliberativo, cujos membros natos são o Presidente do CNPq e o Vice-Presidente do CNPq, o Presidente da FINEP o Diretor geral da CAPES e o Secretário do Planejamento e Coordenação do MCT. Os membros designados, 6 cientistas, 2 pesquisadores da comunidade tecnológica, 1 empresário brasileiro e 1 pesquisador ou servidor das carreiras técnicas de nível superior do próprio CNPq.

Os cientistas são escolhidos pelo Ministro com base em listas tríplices, uma indicada pela Academia Brasileira de Ciência e cinco obtidas após consultas à Comunidade Científica, através das Sociedades Científicas Nacionais, consulta esta coordenada pela SBPC.

5. A mudança política substancial

Assim, no seu curto tempo de existência, o MCT já pôde se constituir em um marco na democratização das relações entre a Comunidade Científica e as decisões de políticas de ciência e tecnologia. Observando o caminho percorrido desde a fundação do CNPq, a saber, desde sua primeira formulação — que previa a integração da Comunidade Científica no impulso de utilização da tecnologia, na construção de uma identidade nacional, visando o desenvolvimento econô-

mico que veio se acelerando até hoje — várias etapas foram vencidas.

A concepção nacional que presidia aquele esforço inicial foi truncada com o Movimento de 64, quando o conceito de Nação foi substituído pelo de Doutrina de Segurança Nacional e, em consequência, foram esvaziados os canais de expressão da Comunidade Científica em favor da concentração monolítica das decisões nas mãos do Estado. Em relação a este, o CNPq transformou-se em um mero consultor.

Neste início do processo de transição democrática, já foi possível chegar à elaboração de um novo Estatuto do CNPq, que restabelece as prerrogativas do órgão e, através dele, da Comunidade Científica, como co-autora nas decisões de política científica e tecnológica.

O processo de elaboração do Novo Estatuto e o constante diálogo mantido pela Comunidade Científica através da Comissão com os órgãos do governo — e em especial, com o recém-criado Ministério de Ciência e Tecnologia — são a comprovação de uma mudança substancial na condução da política científica e tecnológica nacional.

FICHA CATALOGRÁFICA

Dantas, Carlos Alberto Barbosa — "Participação: A Nova Tônica da Política Científica Nacional", in Revista da Universidade de São Paulo, n. 2, agosto de 1986, pág. 151 a 162.